

Política de Privacidade aplicável à Denúncia

Informamos que, em conformidade com as leis aplicáveis no Brasil, incluindo a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD,) bem como aplicáveis em qualquer outro país, que regulam a proteção de dados e informações a denúncia de irregularidades (coletivamente referidas como "Legislação Aplicável"), o recebimento, apuração e a gestão das denúncias feitas por você, voluntariamente, através do "portal interno de denúncias da Reichhold Do Brasil LTDA, incluindo todas e quaisquer informações e dados pessoais, conforme definido na Legislação Aplicável ("Dados Pessoais"), serão processadas por um Controlador de Dados Pessoais ("Controlador de Dados").

1. Finalidade e fundamento jurídico do tratamento de dados

Os Dados Pessoais serão tratados, exclusivamente, para a gestão de denúncias internas de supostas violações ou condutas, atos ou omissões que prejudiquem o interesse público ou a integridade da entidade privada, de que o denunciante tenha tido conhecimento em virtude da sua colaboração/relacionamento com o Controlador de Dados. Os Dados Pessoais tratados são aqueles constantes do relatório interno e/ou dos atos e documentos a ele anexados, que se refiram ao denunciante e a qualquer outra pessoa ou empresa envolvida.

Os Dados Pessoais também poderão ser tratados para a realização das atividades investigativas necessárias, destinadas a verificar a validade do que foi relatado, bem como, se necessário, para a adoção de medidas corretivas apropriadas, e a introdução de ações disciplinares e/ou judiciais apropriadas contra os responsáveis pelas violações. A base legal que legitima o tratamento de Dados Pessoais é representada pelo cumprimento de uma obrigação legal a que o Controlador de Dados está sujeito. O tratamento também pode dizer respeito a dados específicos e dados pessoais relativos a condenações penais e infrações, se incluídos no relatório.

2. Métodos de tratamento de dados e critérios de tempo de retenção

Os Dados Pessoais serão processados pelo Controlador de Dados através de A) o formulário de relatório fornecido pelo Controlador de Dados ou 2) através de um portal de Denúncia fornecido por um terceiro, gerenciado única e exclusivamente por pessoal devidamente autorizado pelo Controlador de Dados, através de autorização específica para executar os dados em processamento. Para os fins do item "B" acima, informamos que, de acordo com a Legislação aplicável, nomearemos a Polynt SpA como Processadora de Dados para a prestação de serviços relacionados ao portal de Denúncias. E para tal, a Polynt SpA nomeou como sua Processadora de Dados a "InsiderLog AB", uma empresa idônea e especializada no fornecimento de plataforma de informação para recebimento e tratamento dos dados, responsabilizando-se e garantindo um nível adequado de segurança e confidencialidade dos Dados Pessoais.

Informamos que existem duas formas de envio da denúncia: "ANÔNIMA" ou "IDENTIFICADA".

Na "Denúncia Anônima", o registro das denúncias no sistema de Denúncia também é anônimo. Significa dizer que o único dado registrado é o próprio relatório. Nenhum "log" é rastreado para o endereço IP ou ID do computador de origem do relatório.

O Controlador de Dados garante que os seus direitos relativos à proteção de Dados Pessoais serão respeitados sem limitação, e só serão utilizados conforme descrito nesta política.

O Controlador de Dados não compartilhará suas informações pessoais com terceiros fora da organização, exceto nos casos descritos abaixo na seção "Transferência e divulgação de Dados Pessoais".

Na "Denúncia Identificada", todos os sujeitos que utilizam o formulário de denúncia ou o portal de Denúncias concordam em identificar seus Dados Pessoais para os fins indicados nesta política.

Todos os Dados Pessoais (incluindo a identidade do denunciante e todos os outros dados fornecidos)

permanecerão estritamente confidenciais e não serão compartilhados com terceiros fora da organização do Controlador de Dados, inclusive para fins de realização de investigações relacionadas à denúncia (exceto nos casos descritos na seção “Transferência e divulgação de Dados Pessoais”).

Em particular, os relatórios de denúncia, bem como as informações e dados pessoais neles incluídos, serão processados pelo Auditor Interno e/ou pelo Consultor Geral do Grupo/Diretor de RH/TI do Grupo, (“Comitê Diretivo”), ambos nomeados especifica e internamente pelo Controlador de Dados, de acordo com os Regulamentos Aplicáveis. O Comitê Diretivo poderá compartilhar o relatório e quaisquer outros Dados Pessoais nele contidos com o Gerente Geral local.

Se necessário para as investigações, o relato de denúncia poderá ser submetido a outras pessoas/funcionários que necessitem estar envolvidos nas investigações, e que estarão devidamente autorizados a tratar os Dados Pessoais nele contidos. Se necessário, o Controlador de Dados solicitará o seu consentimento para divulgar a sua identidade a tais indivíduos/funcionários.

Para cumprir as obrigações legais, ou em caso de processos judiciais após a análise do relatório, o Responsável pelo Tratamento deve divulgar a identidade do denunciante.

Os Dados Pessoais serão tratados pelo período estrita e objetivamente necessário para atingir o âmbito e as finalidades identificadas no item “1” acima. Caso os Dados Pessoais não sejam mais necessários, o Controlador de Dados excluirá, ou tornará confidencial, com segurança, os Dados Pessoais. Em qualquer caso, os Dados Pessoais serão conservados por um período não superior a 5 (cinco) anos a contar da notificação da decisão final sobre a denúncia e, posteriormente, serão eliminados definitivamente.

3. Transferência e divulgação de dados pessoais

O conteúdo do relatório poderá ser compartilhado ou divulgado a outras empresas do grupo Reichhold Do Brasil LTDA (afiliadas, subsidiárias, etc.) que poderão processar Dados Pessoais como controladores de dados independentes. Todas estas entidades estão vinculadas por acordos interempresariais celebrados para os efeitos deste documento.

Caso a denúncia envolva um potencial processo administrativo ou judicial, ou caso o Controlador de Dados necessite de assessoria específica para analisar e melhor compreender o conteúdo do relatório, poderá compartilhar os Dados Pessoais com seus assessores jurídicos ou autoridades competentes, devidamente autorizadas a processar Dados Pessoais.

Em geral, os Dados Pessoais serão armazenados e processados dentro da União Europeia (UE)/ Espaço Económico Europeu (EEE) ou qualquer outro país não pertencente ao EEE que a Comissão Europeia considere oferecer um nível adequado de proteção (o chamado "branco-listados" países). Caso seja necessário transferir Dados Pessoais para um país fora do EEE que a Comissão Europeia não considere oferecer um nível adequado de proteção, implementaremos medidas e salvaguardas de segurança adequadas, incluindo as Cláusulas Contratuais Padrão aplicáveis adotadas pelo Europeu Comissão.

Informamos que o Controlador de Dados implementará todas as medidas de segurança possíveis e razoáveis durante a colheita e processamento dos seus Dados Pessoais, mas não será responsável pela segurança dos seus dados durante a sua transmissão e trânsito na web antes de chegar ao sistema do Controlador de Dados.

Não obstante todo o acima exposto, informamos que a pessoa contra quem a denúncia se refere não terá acesso à identidade do denunciante, mas poderá ter acesso ao conteúdo da própria denúncia, para poder exercer seu direito de defesa.

4. Seus Direitos

Como denunciante, e titular dos dados (a quem os Dados Pessoais se referem), você é o titular dos

direitos conferidos pela Legislação Aplicável. Em particular, os titulares dos dados têm o direito de solicitar e obter, a qualquer momento, acesso aos seus Dados Pessoais, informação sobre o tratamento efetuado, retificação e/ou atualização dos Dados Pessoais, cancelamento e limitação do tratamento.

Tem também o direito de se opor ao tratamento e de solicitar a portabilidade dos dados, *ou seja, receber* os seus dados pessoais num formato estruturado, comumente utilizado e legível por máquina, com exceção dos dados pessoais que possam ser essenciais para cumprirmos as obrigações legais.

Os titulares dos dados têm sempre o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, o que não comprometerá a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento dado antes da sua retirada. E, poderá, ainda, apresentar reclamação junto do autoridade competente em matéria de protecção de dados.

Os pedidos relativos ao exercício dos direitos acima mencionados deverão ser enviados para o seguinte endereço de e-mail: privacy@polynt.com.

Para o mesmo endereço acima indicado, o interessado deverá também enviar pedidos relativos aos destinatários dos Dados Pessoais, bem como pedidos de esclarecimentos relativamente à presente política de privacidade.

Informamos, por fim, que o recebimento, por si só, de qualquer informação envolvendo denúncias, não nos obriga a abrir procedimentos internos, cabendo aos responsáveis (Comitê Diretivo), avaliar a relevância e, principalmente, a presunção de veracidade das informações apresentadas, para levar adiante o procedimento necessário.